

Álvaro Valle

A Constituinte começou seus trabalhos, mostrando que pode dar ao país uma boa Constituição. Contrariando as expectativas, não há radicalizações ideológicas; os parlamentares estudam as propostas, ouvem com atenção os discursos e o relator, votam de acordo com a sua consciência, despreocupados de lideranças partidárias. Temos uma Assembléia respeitável e responsável.

O risco está na correria que se iniciou às vésperas do Carnaval. Por incrível que pareça ao leitor, estamos aprovando textos redigidos minutos antes da votação, apenas lidos pelo presidente Ulysses Guimarães. Os resultados não têm sido bons.

Durante um ano, subcomissões, comissões e a sociedade civil discutiram artigos e parágrafos. Sobre eles, trabalharam com afinco a Comissão de Sistematização e o relator. Chegamos assim a textos maduros para o debate em plenário. Ali, como é natural, podem ser apresentadas emendas que são impressas com antecedência, e também estudadas.

Na hora de votar, Pirandello entra em cena, e começa o absurdo. No exato instante da votação, o presidente anuncia que há uma emenda resultante de fusão de outras. E passa a ler um texto inédito que é imediatamente votado, sem que os constituintes o tenham recebido impresso ou datilografado. Votamos por ouvir dizer.

É verdade que o Regimento autoriza essas emendas que saltam de uma janelinha direto para a Constituição, jogando no lixo todo o trabalho anterior. Mas há uma norma *praeter-regimental*, que nem precisa ser escrita: textos substantivos têm de ser impressos (ou ao menos datilografados) antes que sejam votados. Isso se aplica a qualquer câmara de vereadores do interior, mas não à Assembléia Constituinte. É fácil prever as consequências.

A pressa está tumultuando os trabalhos que iam bem. Iniciou-se uma perigosa corrida contra o calendário, e ela pôde comprometer todo o trabalho da Assembléia. O presidente pede a constituintes que não falem, e agradece em nome do país aos que desistem da palavra. O importante é votar. Votar qualquer coisa, mas votar, mesmo sem saber direito o que se está votando.

Assim morreu, por exemplo, o *habeas data*, que poderia ter sido uma grande conquista da futura Carta. Um

instituto que protege o indivíduo contra o poder é uma das grandes conquistas liberais na era da informática. Graças a ele, poderemos ter acesso às informações que os computadores do poder acumulam a nosso respeito, e corrigir erros. Na Constituinte, foi aprovada uma dessas emendas conceição, lida no ato de votar, que exclui todas as empresas privadas da esfera do *habeas data*. Como se o poder fosse só do Estado. Para o povo, o SPC é muito mais perigoso e ameaçador do que o SNI. Em qualquer parte do mundo, incluem-se neste caso os bancos de dados que são de utilização geral, e que podem tolher a liberdade ou induzir a injúrias. Também esqueceram, no caso de bancos públicos de dados, de proteger as investigações correntes. Ou seja, graças a uma votação apressada, apesar dos debates de um ano, o *habeas data* aprovado ou é insuficiente ou inaplicável.

Outra emenda conceição diz que todas as reuniões em via pública têm de ser comunicadas à autoridade. Deu-se ao Estado um poder que ele nunca teve no Brasil. Misturou-se o comício com a festa de São João. Constituição (auto-aplicável) em punho, se a polícia quiser, poderá perseguir os líderes do forró de ontem. Pensem na festa do interior.

Nada disso, nem o fim da prisão administrativa ou militar, teria sido aprovado, se quinhentos homens e mulheres tivessem lido os textos antes de votar. Estamos votando de ouvido, sem a pauta na frente. Depois de tanto trabalho e de tantos debates, viramos repentistas que fazem uma constituição de cordel. Todo o país, inclusive os constituintes, vive à espera das surpresas que nos reserva o próximo artigo.

A visão de estadista e a sensibilidade do Dr Ulysses fizeram-no perceber que o sistema está em decomposição. Provavelmente, ele quer uma Constituição antes que a crise chegue ao seu ápice, e todo mundo sabe que ela tem um calendário, aí sim inexorável. O que ele talvez não tenha percebido é que uma Constituição irresponsável pode transformar-se na grande arma dos que não acreditam na seriedade da classe política da qual ele é símbolo.

Não se alegue que poderemos corrigir erros em uma segunda discussão. Há sérias dificuldades regimentais, e é perigoso passar-se a idéia de que estamos agora fazendo apenas um rascunho de constituição. Se o rascunho for mal feito, pode faltar-nos a oportunidade de passá-la a limpo.